
DA FÁBRICA DE CALCINHAS AO ARRANCAR DOS DENTES: OS DISCURSOS BOLSONARISTAS SOBRE AS INFÂNCIAS MARAJOARAS E OS MARAJÓS

FROM THE PANTYS FACTORY TO PULLING OUT THE TEETH: BOLSONARIST
NARRATIVES ABOUT MARAJOARA AND MARAJÓ CHILHOODS

Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães¹

<https://lattes.cnpq.br/0016401443592564>

<https://orcid.org/0000-0001-5485-6611>

RESUMO: Abordo sobre crianças/infâncias marajoaras e os Marajós nos discursos bolsonaristas, especialmente os realizados pela ex-ministra Damares Alves. As considerações expostas se constituem em uma articulação entre a História da Infância e a História do Tempo Presente, recorrendo às matérias de jornais eletrônicos como fonte para pesquisas históricas, portanto, sendo *corpus* que expõe uma trajetória quanto as histórias das infâncias marajoaras a partir de discursos que se dão em uma arena de disputas ideológicas e políticas, logo estabeleço aproximações com a análise do discurso desenvolvida pelo Círculo de Bakhtin. Ressalto também que a construção deste texto, que se apresenta em primeira pessoa, também parte de minhas memórias, pois vivi e também apareço como fonte nesse processo, logo parto do conceito de escrevivências. Inicialmente, discorro sobre a conjuntura que possibilitou a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência do Brasil e o seu não encontro com a população marajoara, que assim como o seu território é plural e diversa, tratada neste estudo como *os Marajós*. Em segundo, problematizo os impactos da política bolsonarista e os seus desdobramentos para os Marajós, sobretudo, a partir do “Programa Abrace o Marajó”, assim como apresento discursos proferidos nacionalmente por Damares Alves indicando os seus resultados para a região, bem como para os direitos e a história das infâncias marajoaras. Identifica-se, discursos sobre as crianças/infâncias marajoaras que destoam das vivências de crianças de outras regiões do país, tornando-as alvo de *fake news* que fazem parte das atuais práticas de racismo algorítmico, reforçando as históricas ações do Estado que destinam à população marajoara uma posição de passividade, subalternidade e de barbárie.

Palavras-Chave: Discursos; História do Tempo Presente; História da Infância; Direitos Humanos; Racismo Algorítmico

¹ Bacharel em Serviço Social e Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Serviço Social do Campus Universitário do Marajó Breves da Universidade Federal do Pará (FACSS/CUMB/UFPA). Coordenadora do Programa Direitos Humanos, Infâncias e Diversidade no Arquipélago do Marajó (DHIDAM), Líder do Grupo de Estudos Direitos Humanos, Infâncias e Diversidade na Amazônia (GEDHIDAM) e Docente do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA - UNIFAP). E-mail: jacquetg@gmail.com.

ABSTRACT: discuss Marajoara children and Marajó in Bolsonaro speeches, especially those made by former minister Damares Alves. These considerations are based on an articulation between the History of Childhood and the History of the Present, using articles from electronic newspapers as a source for historical research, therefore, as a corpus that exposes a trajectory in terms of the histories of Marajoara children based on discourses that take place in an arena of ideological and political disputes. I establish approximations with the discourse analysis developed by Bakhtin's Circle. I would also like to point out that the construction of this text, which is presented in the first person, is also based on my memories, as I have lived and also appear as a source in this process. Initially, I discuss the situation that led to Jair Bolsonaro's rise to the presidency of Brazil and his failure to meet the Marajoara population, which, like its territory, is plural and diverse, referred to in this study as the Marajós. Secondly, I problematize the impacts of Bolsonaro's policy and its consequences for the Marajós, especially from the Policy "Abraça o Marajó Program", as well as presenting speeches given nationally by Damares Alves indicating its results for the region, as well as for the rights and history of Marajoara children. Speeches about Marajoara children/childhoods are identified that clash with the experiences of children from other regions of the country, making them targets of fake news that are part of current practices of algorithmic racism, reinforcing the historic public policies aimed at the Marajoara population a position of passivity, subalternity and barbarism.

Keywords: Discourses; History of the Present; History of Childhood; Human Rights; Algorithmic Racism.

INTRODUÇÃO

Abordo sobre crianças/infâncias² marajoaras e os Marajós nos discursos bolsonaristas, dando especial centralidade às falas de Damares Alves, que inicialmente ocupava o cargo de Ministra da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos, no Governo Bolsonaro, para no dia 01/04/2022³ desocupá-lo para se dedicar à sua candidatura ao Senado, anunciada no dia 25 do mesmo mês e ano⁴. Contudo, para além de ex-ministra e senadora, Damares Alves, foi importante cabo eleitoral para Jair Bolsonaro, não somente nas eleições de 2022, mas durante todo o seu mandato, à medida que também, impulsionava a sua carreira política para além dos púlpitos da igreja. Mas qual a relação do Marajó e de suas infâncias nessa trajetória?

² Criança e infância não são palavras sinônimas. A infância é um período, uma fase, correspondente ao início da vida biológica, enquanto que a criança é a existência real e concreta do sujeito (Müller, 2007). Logo, infância é uma categoria social diretamente atingida pelas percepções dos adultos. Ao longo do presente artigo irão observar a utilização de “História da Infância” e “história das infâncias”, pois compreendo que a primeira, sendo um dos campos dos estudos historiográficos, singulariza e padroniza sujeitos diversos e que foram e são atingidos pela estrutura adultocêntrica de modo diferenciado (Guimarães, 2023).

³ Matéria de Maria Eduarda Cardim, disponível no Jornal Estado de Minas, de 28/03/2022.

⁴ Veja em “Republicanos anuncia Damares Alves como pré-candidata ao Senado pelo DF, do dia 25/04/2022.

Antes de entrar nessa seara, é importante delinear os caminhos tomados até chegar a estas reflexões que articulam Discursos Ideológicos, História da Infância, História do Tempo Presente, Direitos Humanos, Marajó e Escrivência. Enquanto pesquisadora, militante e formadora na região marajoara, venho de uma formação doutoral que se debruçou nos registros da história da infância da Amazônia paraense a partir dos discursos dos primeiros médicos formados no estado do Pará, identificando as primeiras instituições de amparo, de assistência e de isolamento de crianças que viviam nos centros da capital, Belém, no início do século XX (Guimarães, 2016).

Após a conclusão do doutorado, me tornei docente no Marajó Ocidental⁵, me voltando para uma atuação política, articulando pesquisa, extensão e ensino para a garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes marajoaras, a partir de uma perspectiva decolonial, a fim de contemplar a diversidade étnico-racial e a luta antirracista. Até aquele momento não tive contato com fontes e registros sobre a história das infâncias marajoaras, enquanto um tema de pesquisa a ser enfrentado. Mas no final de dezembro de 2022, fui convidada para compor a mesa redonda “Cultura, saberes, práticas educativas e as diversas infâncias na Amazônia”⁶ do IV Seminário de História da Infância na Amazônia (IV SHIA), evento que teve como objetivo divulgar e fortalecer pesquisas sobre a História da Educação e da Infância da Amazônia paraense, apresentando resultados de dissertações e teses elaboradas pelo Grupo Educação, Cultura e Organização Social (ECOS).

Entretanto, não foi de meu interesse apresentar a minha tese defendida há seis anos atrás, mas sim aproveitar para tratar sobre as infâncias que tanto me impulsionaram ao longo de oito anos, revelando, inclusive, as marcas do racismo vividas em minha infância e que ainda se fazem presentes na vida de tantas crianças negras amazônidas e paraenses. A questão que me inquietava era: onde eu poderia encontrar vestígios sobre a história da infância marajoara? Infelizmente, os sujeitos marajoaras, especialmente os da porção do Marajó Ocidental, são atingidos pela inexistência de espaços mais estruturados e organizados que visam resguardar as suas histórias e, até o momento, encontrei somente dois trabalhos que abordam essa história (Guimarães, 2023).

⁵ Mais adiante irei caracterizar esta região.

⁶ Este evento foi organizado pelo Grupo de Pesquisa ECOS do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará e ocorreu entre os dias 15 e 16 de dezembro de 2022.

Daí me atentei que quando cheguei ao Marajó, em 2016, comecei a fazer buscas sobre quem seriam as “crianças e infâncias marajoaras”, ato que se tornou um hábito, mesmo já tendo me estabelecido na região e possuir experiências em campo. Destas buscas encontrei diferentes notícias disponíveis em *websites* e *blogs* pessoais e ali não me faltaram textos que tratavam sobre a pobreza, a exploração sexual e o trabalho infantil. Mas eram textos polêmicos realizados em formas de denúncias e por vezes romantizados (Guimarães, 2021).

Diante de tais inquietações me deparei com um amplo acervo pessoal sobre *uma* versão da história das infâncias marajoaras do início do século XXI. Essa constatação aliada aos meus constantes diálogos com Phillipe Ariès (2011), Peter Stearns (2006), Colin Heywood (2004), Irene Rizzini (2008, 2009) e Mary Del Priore (2010), importantes nomes da História da Infância internacional e nacional, me redirecionaram aos estudos do campo da historiografia, assim encontrando a História do Tempo Presente (HTP), a partir de Reinaldo Lindolfo Lohn (2019). A HTP:

[...] demarca temporalidades em construção, as quais correspondem ao vivido e aos vivos. Trata-se não de uma prática do que pode ser chamado de luto social, como se apenas o mundo dos mortos coubesse a historiografia, mas do envolvimento com as lutas pela sobrevivência e seus conflitos em sociedades marcadas pelo capitalismo e pelas desigualdades sociais. Mesmo que não seja uma outra história [...] uma escrita da história voltada ao tempo presente tem como significado básico uma atitude política na qual a historiografia se expõe ao debate público em um momento em que diferentes narrativas buscam reescrever o passado com vistas a utilizá-la como arma política. (LOHN, 2019, p.11).

Assim, a HTP nos oferece a possibilidade de criar resistência e garantir um direito que historicamente foi negado aos que destoam dos corpos e territórios hegemônicos: o direito de ter memória e a partir de suas próprias narrativas, pensando em outras fontes para a reconstrução das histórias apagadas e silenciadas pela racionalidade eurocêntrica e capitalista. Este encontro da História da Infância com a HTP, resultou na comunicação, intitulada, “As infâncias/crianças marajoaras nos websites de notícias do Brasil: caminhos para a construção de uma história do tempo presente”⁷. Abordei sobre as infâncias e crianças marajoaras nos discursos produzidos entre os anos de 2001 a 2022, indicando os documentos digitais como fontes para pesquisas históricas (Almeida, 2011).

Com 91 (noventa e uma) matérias eletrônicas, em que 31 (trinta e uma) foram encontradas entre os anos de 2016 a 2018 e 60 (sessenta) no período de 2019 a 2022, verifiquei

⁷ Uma versão em resumo expandido foi publicada nos anais da 8ª edição do Seminário de Grupos de Pesquisa sobre Crianças e Infâncias, ocorrido entre os dias 4 a 6 de dezembro de 2023 em Curitiba – Paraná.

que a primeira menção a estas infâncias são de 2001. Foi possível identificar uma linha discursiva que indicava uma trajetória histórica, carregada de disputas. Quando me refiro a discursos, parto dos constructos teóricos e filosóficos do Círculo de Bakhtin (Bakhtin, 2011; Brait, 2024), que nos permite compreender que o produtor do discurso, o locutor, não fala somente de e por si, mas também pelas instituições e os grupos sociais às quais pertence.

Assim, o *corpus* da pesquisa me apresentou o registro de 21 anos de história da infância marajoara que seguia as seguintes fases: I) de 2001 – 2006/2010 - Há uma visibilidade na sociedade brasileira quanto ao quadro de violações dos direitos da infância no Marajó, até a culminância da CPI, que iniciou em 2006 e se encerrou em 2009; II) 2012 a 2018 – Momento de atendimento às demandas postas pelo Marajó, sendo massivas publicações sobre a atuação do Ministério Público e da Defensoria Pública, bem como entrevistas e documentários que abordavam sobre o trabalho infantil e exploração sexual nos rios, e por fim, III) 2019 a 2020/2022 – a infância marajoara surge a partir dos discursos proferidos pela então Ministra dos Direitos Humanos, da Mulher e da Família, circulando entre o religioso e o político, a que intitulei de “Da Fábrica de Calcinha ao arrancar dos dentes”, título do presente artigo⁸.

A construção de minhas reflexões vem se costurando a partir de levantamento bibliográfico e documental, tendo enquanto *corpus* as matérias de jornais eletrônicos e os relatórios do Governo Federal, as Notas Técnicas e Notas de Repúdio elaboradas por instituições de pesquisa⁹, coletivos e movimentos sociais que atuam no Marajó como fonte secundária. Considerando o longo trajeto caminhado, no presente artigo darei destaque à trajetória do que foi construído em torno das infâncias da região do Marajó após a ascensão do governo bolsonarista, de viés ultraconservador, fortemente aliado aos discursos de pânico moral (Oliveira et al, 2020).

Como foi possível observar, desde a primeira linha, eu, autora/pesquisadora, me faço presente nessa HTP das infâncias marajoaras, sendo testemunha viva e atuante num momento

⁸ Importante mencionar que as análises apresentadas no presente texto foram concluídas no dia 20/02/2024, um dia antes da mais recente polêmica envolvendo as infâncias marajoaras, tomando outras proporções, tornado o Marajó e suas crianças “tema” de piada em roteiros de comediantes de *stand-up comedy* da direita, além de tornar o arquipélago ponto de encontro de *influencers* digitais e da mídia nacional, sendo necessário realizar considerações em um outro momento, já que correspondem a diferentes conjunturas políticas, apesar de serem um *continuum*.

⁹ Dos quais destaco os programas de pesquisa e extensão da Faculdade de Serviço Social do Campus Universitário do Marajó/Breves: Programa Memória de Idosos, Saberes e Direitos (PROMEI), coordenado pela Profa. Dra. Ana Maria Smith Santos; Programa Rede de Comunidades Ribeirinhas (PRCR), coordenado pelo Prof. Dr. Eunápio Dutra do Carmo e o Programa Direitos Humanos, Infâncias e Diversidade no Arquipélago do Marajó (DHIDAM), coordenado por mim.

repleto de conflitos e embates. Em algumas das matérias, notas e relatórios institucionais estou presente, seja como entrevistada ou como uma das autoras, que ao compor grupos de pesquisas e coletivos acabava por convocar ou ser convocada para a compor a elaboração. Do mesmo modo, também estive presente nas primeiras audiências realizadas em 2019, no município de Breves/PA, fiz parte do movimento de resistência que tomou o país como um todo e que se realizou também em algumas cidades da Amazônia e do Marajó.

A participação nestes momentos foram gravadas e fazem parte do meu arsenal pessoal de pesquisa, da mesma forma que possuo gravações das audiências públicas a que fui convidada a participar, assim como fiz parte da elaboração de notas técnicas, de notas de repúdio, relatórios elaborados a partir de 2019 e que utilizo como fonte. Logo, aqui também estabeleço diálogo com Conceição Evaristo (2020), que ao falar sobre memórias e escrevivências, demarca a resistência das escritas de mulheres negras. E eu, enquanto mulher negra que sou, partilho do entendimento de que *“A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa grande’, e sim para incomodá-los em seus sonhos injustos”* (Evaristo, 2003).

Pautar-se em uma compreensão de memórias e escrevivência, em Evaristo, visa justamente dar visibilidade às vozes negras amazônidas para contar, registrar e refletir sobre as nossas histórias, seja como corpo e território e não mais como objeto. Devemos empreender um movimento que dê visibilidade aos diferentes níveis de opressões que atingem corpos infantis e realizar a crítica direta ao processo de neutralização da cor de crianças negras e indígenas na historiografia social nacional, padronizando e singularizando, se referindo a História da Infância, quando na verdade é a História das Infâncias. Retomo as minhas memórias enquanto uma mulher negra que observa que crianças marajoaras que vivem em situação de vulnerabilidade social possuem uma cor/fenótipo muito específico, assim como seus pais e mães.

Portanto, pretendo descrever e analisar as discursividades bolsonaristas, especialmente as personalizadas na figura da ex-ministra Damare Alves, sobre as crianças marajoaras e os Marajós, refletindo sobre os seus impactos na construção de um imaginário nacional e regional sobre o arquipélago, bem como os seus reflexos para a constituição de uma memória marajoara. Para estas reflexões, inicialmente, irei discorrer sobre a “natureza” da política desenvolvida por Jair Bolsonaro na sociedade brasileira, alicerçando-se em ataques diretos e indiretos a grupos sociais, também reforçados e disseminados por sua ex-ministra, para então chegar ao que representou tal governo para o Marajó.

Apresento esta região plural e diversa, os Marajós, como o pesquisador marajoara Agenor Sarraf Pacheco (2018) se refere, ao tratar sobre os aspectos antropológicos e geográficos, aliando à compreensão de que esta diversidade e pluralidade se manifestam, também, na forma como o desenvolvimento econômico e social não atinge os 17 municípios, que pertencem ao Arquipélago do Marajó, da mesma forma (Guimarães, 2021). Posteriormente, discorro sobre os históricos discursos produzidos na mídia nacional sobre esse território e o adensamento de notícias sobre as crianças/infâncias marajoaras, a partir de 2019, refletindo sobre as suas articulações com as práticas de racismo algorítmico, abordado por Tarcízio Silva (2022), para então pensar sobre os impactos da política bolsonarista nos Marajós, especialmente a partir do “Programa Abraça o Marajó”.

Por fim, destaco os sentidos ideológicos dos discursos proferidos nacionalmente por Dameres Alves indicando os seus resultados para a região, para os direitos das crianças e a história das infâncias marajoaras. A realização desse estudo não tem como intenção esgotar o debate, mas sim dar visibilidade às representações que subjugam, enfraquecem e criam estereótipos que acabam por se introjetar no inconsciente coletivo, se naturalizando e dificultando no processo de enfrentamento. Identifica-se, sim, a existência de discursos sobre as crianças/infâncias marajoaras que destoam das vivências de crianças de outras regiões do país, sendo ainda mais reforçada por *Fake News*, que fazem parte das atuais práticas de racismo algorítmico, aprofundando e reforçando os históricos discursos e ações do Estado que destinam à população marajoara uma posição de passividade, subalternidade e de barbárie.

A ASCENSÃO DE JAIR BOLSONARO E O SEU NÃO ENCONTRO COM OS MARAJÓS

Não há como negar que a trajetória política do então presidente se deu a partir de falas polêmicas feitas em programas televisivos, na intenção de atrair audiência, dando espaço para pensamentos e atitudes, que naquela conjuntura, deveriam causar repulsa, indignação e revolta, contudo, infelizmente, algumas pessoas achavam engraçado, como se ele fosse um personagem do entretenimento perante a uma plateia e telespectadores sem qualquer intenção ou motivações políticas. Todavia, assim foi-se construindo uma figura (a)política, reunindo o perfil de uma camada da sociedade brasileira que ainda se encontrava “tímida” em demonstrar as suas percepções de mundo violentas, preconceituosas, machistas, racistas e homofóbicas.

Algumas pessoas subestimaram o seu nome enquanto um potencial candidato diante uma conjuntura política de evidente cisão, deixando para trás qualquer possibilidade de convivências formais entre sujeitos de posicionamentos políticos divergentes e fortemente alimentados pelo antipetismo. Sérgio Abranches (2019) sintetiza essa trajetória da seguinte forma:

Para a Presidência, ganhou um candidato sem partido estruturado a apoiá-lo, sem tempo de TV e que desdenhou a campanha tradicional. Preferiu as redes sociais, nas quais vinha formando, com bastante antecedência, uma audiência com alto poder de disseminação de suas mensagens. Ficou fora da campanha tradicional, principalmente após levar uma facada durante um comício em Juiz de Fora. Ganhou a Presidência da República concedendo poucas entrevistas à grande imprensa, recusando-se a participar de debates, usando fundamentalmente as redes de WhatsApp, Twitter e Facebook. Continua, já eleito, a usá-las como principal meio de comunicação, até para oficializar convites para ministérios [...] Jair Bolsonaro é um político nítida e assumidamente de direita, com uma proposta econômica liberal ortodoxa de adoção recente, uma pauta de valores ultraconservadora (Abranches, 2019; p. 12).

A construção de uma carreira política em torno de polêmicas, negando as estruturas tradicionais, bem como os constantes ataques aos “coronéis” da grande mídia, pondo em xeque as informações disseminadas e recorrendo às redes e mídias sociais acabaram por dar o tom ao “estilo” bolsonarista de fazer campanha e governar. O historiador negro Petrônio Domingues (2019) ao analisar “A força do capitão reformado do Exército” nas eleições de 2018, salienta importantes aspectos. Primeiro, apesar de ter vencido o candidato do Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad, com 55,13% dos votos válidos, foram altas as taxas de abstenção (21,30%), votos nulos (7,43%) e brancos (2,14), representando 30,87% do eleitorado brasileiro. O historiador, também destaca, a partir de pesquisa realizada pelo jornal *El País*, que em 5500 municípios, “Bolsonaro teve melhores resultados nas cidades mais ricas e mais brancas. Obteve até 75% dos votos em municípios com renda média ou alta, porém não chegou nem a 25% em muitas localidades pobres, que permaneceram” (Domingues, 2019; p. 82).

Quais as conexões destes indicativos quando nos voltamos para o Marajó? Bem, o Arquipélago do Marajó concentra um número populacional que se constitui no oposto de uma elite branca sulista e sudestina que determinou a vitória de Jair Bolsonaro. Do mesmo modo, os marajoaras também foram na contramão dos demais eleitores paraenses, pois no Pará ele ganhou com 45,19%, mas não ganhou em nenhum dos até então 16 municípios marajoaras¹⁰.

O arquipélago do Marajó, pertencente ao estado do Pará, é a maior região fluviomarítima do mundo, ou seja, cercada por rio e mar, comportando, atualmente 17 municípios a saber: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Currálinho, Gurupá, Melgaço,

¹⁰ <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/municipios-para/soure-pa/presidente/>.

Muaná, Ponta de Pedra, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista, Soure e Oeiras do Pará¹¹, este último incluído recentemente com o decreto Nº 2.129, de 20 de janeiro de 2022, sendo retirado da região do Tocantins.

Para falar sobre o Marajó irei apresentar dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 que foram reunidos no caderno do Observatório do Marajó, publicado em 2020, momento auge da pandemia do COVID-19, bem como os dados disponíveis no *site* do IBGE referente a pesquisa divulgada mais recente, a de 2022, pós-pandemia, que incluem o mais novo município marajoara, Oeiras do Pará, a fim demonstrar o perfil socioeconômico e indicar caminhos para refletirmos sobre a não aderência das falas de Bolsonaro, por parte do eleitorado marajoara, em momento iniciais das eleições de 2018 e então após a sua posse o Marajó assumir uma outra centralidade discursiva na dinâmica política bolsonarista.

Desse modo, cabe apresentar e fazer um paralelo sobre o que seria o Marajó perante as falas de Bolsonaro a fim de compreendermos a sua não vitória em terreno marajoara, bem como a centralidade dada, posteriormente, à região nas pautas discursivas do seu governo, sobretudo, pelo papel assumido por Damares Alves. Assim, indica-se marcadores sociais que atravessam a região: classe, raça, gênero e território. O quadro econômico e social, como é muito bem ressaltado no relatório da Comitativa Cidadania Marajó (2023), dos 10 municípios marajoaras, 3 estão com o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil: Bagre, Chaves e Melgaço, estando este último com o pior IDH do país. O documento também ressalta que:

O percentual de pessoas em situação de pobreza inscritas no Cadastro Único no Marajó em dezembro de 2022 chegou a 73,11%, contra 46,87% no Pará e 28,15% no Brasil. Já as pessoas em situação de extrema pobreza inscritas no Cadastro Único eram 69,06% no mesmo período no arquipélago, contra 40,34% no Pará e 23,52% no Brasil. Na educação, o Marajó registra uma taxa de abandono no ensino fundamental de 4,4%, contra 1,2% no Brasil. Já no ensino médio, a taxa de abandono chega a 20,3%, contra 5% nos dados nacionais (BRASIL, 2023).

Os dados quanto ao IDH Brasil tomaram visibilidade em 2010 com o estudo realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e exposto no “Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013” e desde então vem sendo problematizados em diferentes canais de comunicação que passaram a focar em tal quadro quando se refere ao Marajó, especialmente, quando tratam sobre o quadro de violações de direitos humanos de

¹¹ Oeiras do Pará é vizinho dos municípios de Bagre, São Sebastião da Boa Vista e Cameté, sendo os dois primeiros do Marajó Ocidental e o terceiro da Região de Integração do Tocantins.

crianças e adolescentes da região, que será abordado mais adiante. Outro ponto relevante é explicitar que o Marajó é composto por uma população que em sua maioria se compreende como não branca. Ainda no levantamento realizado pelo IBGE em 2010 tem-se o seguinte panorama quando se trata do aspecto cor e raça (Tabela 1).

Tabela 1 - Número de habitantes por município e a autodeclaração cor e raça em 2010.

Municípios	Habitantes	Negros	Branços
Afuá	39.218	80%	19%
Anajás	29.277	80%	19%
Bagre	30.673	81%	19%
Breves	102.701	80%	19%
Cachoeira do Arari,	23.767	87%	11%
Chaves	23.717	88%	11%
Curralinho	34.448	86%	13%
Gurupá	33.376	80%	18%
Melgaço ¹²	27.654	84%	15%
Muaná	40.349	79%	20%
Ponta de Pedras	31.082	82%	18%
Portel	62.043	84%	15%
Salvaterra	23.752	86%	13%
Santa Cruz do Arari	10.128	86%	12%
São Sebastião da Boa Vista	26.640	82%	18%
Soure	25.374	83%	15%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pelo IBGE (2010) e organizados pelo Observatório do Marajó (2022).

Os municípios marajoaras, massivamente, são compostos por pessoas negras, ou melhor, pessoas pretas e pardas, conforme metodologia adotada pelo IBGE, aproximadamente 80% do total. Segundo dados organizados pelo Observatório do Marajó, em 2020, nos 16 municípios com até então 564.199 habitantes, 82,89% se autodeclaravam como negros, 16,28% como brancos, enquanto 0,81% como amarelos e 0,03% como indígenas. No Marajó Ocidental, com 10 municípios reunindo 409.747 pessoas, sendo 82% negra, 17% branca, 0,68% amarelos e 0,01% indígena. Na parte Oriental, com seis municípios, reunindo uma população de 181.092 habitantes, em que 84% se autodeclarou negra, 15% como branca, 0,86% amarelo e 0,03% indígena. Ao longo da síntese apresentada pela organização não há indicações quanto a esses grupos étnicos por cada município.

¹² Esta informação no Caderno elaborado pelo Observatório do Marajó, publicado em 2020, encontra-se invertida, após consulta direta aos organizadores estes confirmaram.

Na região norte e no estado do Pará, o número de pessoas autodeclaradas pardas ultrapassa o número de pessoas que se leem pretas e brancas. Entretanto, é importante salientar sobre a ausência de um letramento racial para fomentar uma compreensão quanto às particularidades da população amazônica e marajoara, pois infelizmente, pessoas na Amazônia e no Marajó ao se autodeclararem como pardas não compartilham de uma identidade de ancestralidade indígena ou negra, justamente pelo histórico processo de negação de uma memória (Guimarães, 2020).

Portanto, a indicação, ainda em 2010, da existência no Marajó de 0,81% de pessoas se autodeclarando amarela e 0,03% como indígena necessita ser problematizada quando não há registro de comunidades japonesas, chinesas e coreanas nos municípios marajoaras, sendo os seus descendentes inseridos na categoria “amarelo”; do mesmo modo que não há o reconhecimento de comunidades indígenas ainda existente na região, apesar da contundente ancestralidade. Logo, as percepções e entendimentos quanto a autodeclaração étnico-racial, no Arquipélago do Marajó, estão ligadas a uma questão fenotípica, necessitando ser adensados debates quanto às histórias e raízes da população marajoara.

Entretanto, não há como negar os avanços conquistados quando nos referimos ao quadro nacional com o aumento no número de pessoas que passaram a se reconhecer enquanto negras, quilombolas e indígenas. Este quadro irá se revelar no processo recente de reconhecimento das comunidades tradicionais e originárias. Abaixo um quadro síntese sobre o perfil socioeconômico dos municípios marajoaras, segundo os autodeclarados quilombolas e indígenas (Tabela 2):

Tabela 2 - Número de habitantes por município e a autodeclaração de quilombolas e indígenas

Municípios	Habitantes	Quilombolas	Indígenas
Afuá	37.765	Sem Registro	29
Anajás	28.011	Sem Registro	5
Bagre	31.892	1.098	1
Breves	106.968	Sem Registro	823
Cachoeira do Arari,	23.981	877	17
Chaves	20.757	Sem Registro	26
Curralinho	33.903	1.738	13
Gurupá	31.786	3.468	61
Melgaço	27.881	Sem Registro	11
Muaná	45.368	Sem Registro	7
Ponta de Pedras	24.984	1.705	131
Portel	62.503	597	25
Salvaterra	24.129	7.437	21
Santa Cruz do Arari	7.445	Sem Registro	4
São Sebastião da Boa Vista	25.643	Sem Registro	62

Soure	24.204	23	26
Oeiras do Pará	33.844	3.500	15
TOTAL	591.064	20.443	1.277

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados pelo IBGE (2022)

Dos 17 municípios observa-se que 8 não possuem registro de pessoas quilombolas: Afuá, Anajás, Breves, Chaves, Melgaço, Muaná, Santa Cruz do Arari e São Sebastião da Boa Vista. É interessante observar, nos municípios que compõem a parte ocidental do Marajó, a indicação da existência de pessoas indígenas, entretanto, nós que vivemos na região e realizamos pesquisa até o momento não temos conhecimento da existência de comunidades indígenas, bem como estes não fazem parte da Federação dos Povos Indígenas do Pará (FEPIPA)¹³.

Infelizmente, há um processo de apagamento das histórias e das ancestralidades indígenas e africanas, revelada no desconhecimento da nossa árvore genealógica, mas, os nossos ancestrais se fazem presentes em nossos corpos, nos dando características físicas, ou melhor, fenotípicas particulares que nos diferenciam dos demais sujeitos do país. E este é um processo que se deu não somente no Marajó, mas que se constituiu como consequência das medidas históricas de genocídios de negros e indígenas na Amazônia. Todavia, cabe demarcar que possuímos uma população que entende que não é branca.

Vicente Salles ao tratar sobre o estado do Pará afirma que a nossa população é o encontro entre o africano e o indígena. Afirmção reiterada pelo intelectual marajoara, Agenor Sarraf Pacheco (2018), ao falar sobre os afroindígenas quando se remete ao Marajó, dando visibilidade a encontros e empréstimos silenciados, que representam a Amazônia Marajoara e se fazem presentes nas características físicas, hábitos, costumes e cultura da população marajoara. O pesquisador marajoara, nos indica que o Marajó Ocidental é o Marajó das Florestas e o Oriental é o Marajó dos Campos, sendo assim os *Marajós*. Para Sarraf Pacheco (2018, p. 65):

O uso dos termos Marajó dos Campos e Marajó das Florestas ultrapassa a ideia de paisagem predominante nestes dois lados da região. Sua divisão é realizada em perspectiva geopolítica para marcar diferenças, semelhanças, relações históricas e culturais na constituição da região, pois em termos físicos, esses ambientes estão presentes em toda a Amazônia Marajoara. Ao longo dos últimos séculos, a região vem sendo interpretada como terra de grandes contrastes: de um lado suas riquezas humanas, arqueológicas e naturais, mas, pelos jogos do político e de interesses particulares de grandes latifundiários e empresários, foi soterrada em pobreza, reverberando diretamente na vida das populações, carentes de oportunidades de trabalho, formação escolar e profissional, além de condições para exercitar seu direito a uma existência digna e cidadã.

Destas considerações é possível observar a diversidade, pluralidade e amplitude do território e da população marajoara, que envolve desde a caracterização próprias e específicas

¹³ <https://coiab.org.br/para>.

de cada município, bem como as práticas, identidades e hábitos culturais. Os búfalos e os queijos não estão em todos municípios marajoaras, assim como não existem praias em todas as cidades marajoaras, bem como nem todo o Marajó aparece nos *sites* de viagem e jornais eletrônicos como destino turístico e de lazer, oferecendo outras possibilidades na organização econômica de muitas famílias¹⁴.

Quanto a isso retomo o fato de que os municípios com os piores IDH se encontram no Marajó das Florestas, mais distantes da capital e afastados de uma percepção de ilha paradisíaca composta por praias de águas salgadas, claras e transparentes. Há um outro Marajó que é composto por igarapés, furos, rios de águas brancas, estando 12h de distância da capital paraense e com passagens de navio (única forma de transporte) com preços que não correspondem à realidade financeira da maioria da população.

As condições materiais de produção e reprodução do marajoara, marcada pela pobreza e precariedade, agudizada por uma pandemia de ordem mundial, a do novo coronavírus, aliada aos cortes nas políticas sociais, apesar do auxílio emergencial criado no Governo Bolsonaro¹⁵, foram verdadeiros desafios para a sobrevivência de famílias que dependiam do comércio local. Houve uma real diminuição do número de habitantes, onde a mudança de 564.199 para 591.064 habitantes ocorreu pela entrada dos 33.844 habitantes do novo município marajoara, Oeiras do Pará. Nesse novo município, Jair Bolsonaro também perdeu nas eleições de 2018, obtendo somente 19,10% dos votos.

É possível observar uma redução populacional em 9 municípios: Afuá, Anajás, Chaves, Currálinho, Gurupá, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure¹⁶. No censo do IBGE de 2010, as mulheres correspondiam a 48% e no último levantamento houve um aumento para 48,3%, sendo 285.618 habitantes. É importante destacar sobre a importância das mulheres no período das pré-eleições de 2018, enquanto grupo social e político de resistência perante falas machistas e misóginas que foram naturalizadas e relevadas ao longo da trajetória política de Bolsonaro.

As mulheres foram alvo dos ataques discursivos por parte do então candidato à Presidência de 2018, que em habitual tom de piada, no ano anterior disse: “*Eu tenho cinco*

¹⁴ Isso pode ser constatado em matéria, recentemente publicada, sobre os destinos mais procurados para férias no Pará, indicando a “Ilha do Marajó”, mas as imagens são de Soure (<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/01/23/marajo-e-alter-do-chao-no-para-estao-entre-os-destinos-mais-procurados-pelos-brasileiros-em-2024.ghtml>).

¹⁵ Resultado de pressão política feita pelos partidos de oposição.

¹⁶ Estes números podem ser constatados nas tabelas 1 e 2.

filhos. Foram quatro homens, aí no quinto eu dei uma fraquejada e veio uma mulher". De acordo com Rizzotto, Saraiva e Nascimento (2019), ainda no início de setembro de 2018, o quadro eleitoral que se apresentava indicava a possibilidade de vitória de Jair Bolsonaro, especialmente após a publicação da pesquisa realizada pelo Datafolha de 20 de setembro que mostrou a liderança do candidato do Partido Liberal com 28% de intenções de voto.

Enquanto um levante a essa - até então - possibilidade, no dia 29 de setembro, se dá o movimento #EleNao puxado e liderado por mulheres nas redes sociais. Este movimento não se restringiu aos tidos "centros" do país, mas também ocorreu em regiões como o Marajó, que contraditoriamente é atravessado pela exclusão digital, mas que também teve a sua população atingida pelas *Fake News* ecoadas e propagadas nos púlpitos das igrejas católicas e evangélicas. Assim, no dia 30 de setembro, enquanto uma parte do arquipélago marajoara, em Breves, tivemos também o #EleNao, que foi liderado pelas mulheres marajoaras e que vivem no Marajó, movimento denominado como "Mulheres marajoaras contra o fascismo".

Este movimento foi liderado e composto por mulheres professoras da educação básica e do nível superior, bem como por mulheres lideranças de movimentos sociais que possuem uma longa trajetória na luta por direitos humanos na região, tais como o Movimento Pelo Uso da Água (MDU), Coletivo de Pretas e Pretos do Marajó, da Comissão de Justiça e Paz e profissionais que atuam na política de Assistência Social do município de Breves. (Figura 1 e 2):

Figura 1 - Banner do Movimento "Mulheres marajoaras contra o fascismo" ocorrido no 30 de setembro de 2018 no município de Breves/PA



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2018

Figura 2 – A arte utilizada nas camisetas e redes sociais do movimento.



Fonte: Página do Facebook "Marajó contra o fascismo"¹⁷.

¹⁷ Disponível em <https://www.facebook.com/marajocontraofascismo>. Na referida página é possível encontrar vídeos que demonstram a força do movimento que começou de forma desprezível.

Tem-se registro do movimento #Elenao nos municípios de Breves, Portel e Anajás, do Marajó Ocidental. Naquele momento, as mulheres do Marajó¹⁸ se questionavam sobre como um candidato que constantemente inferiorizava mulheres em seus discursos e realizava críticas profundas às políticas sociais, em especial, ao Programa Bolsa Família iria compreender as suas existências tão distantes das capitais e com famílias, em sua maioria, beneficiárias de programas transferência de renda? É possível observar o quanto os discursos contra grupos sociais excluía e subestimavam grande parcela da população marajoara, composta por um expressivo número de mulheres, de pessoas não brancas e acima de tudo ribeirinhas e amazônidas.

No dia 03 de março de 2020, em cerimônia solene de lançamento do Programa Abraço o Marajó, em um discurso de 6 minutos e 40 segundos, Bolsonaro diz: “*Confesso que pouco ouvi falar sobre o Marajó na minha vida, o que é normal*” e complementa “*É um pedaço de terra do tamanho do estado do Rio de Janeiro, que tem uma população semelhante ao estado de Roraima*”¹⁹. Em tal discurso fica escancarada a centralidade dada ao Marajó enquanto um território amazônico, visto como imenso espaço de terra desocupado e com pessoas que não são brancas e nem fazem parte dos grandes centros hegemônicos. Corpos e territórios homogêneos, uníssonos e irrelevantes. Mas que naquela conjuntura mereceria um programa exclusivo e que visasse “abraçá-lo”.

AS CRIANÇAS MARAJOARAS NOS PALANQUES E PÚLPITOS: OS ATRAVESSAMENTOS DA HISTÓRIA DAS INFÂNCIAS MARAJOARAS PELO PÂNICO MORAL DE VIÉS ELEITOREIRO

*“Falaram para nós que as meninas lá [Ilha do Marajó], elas são exploradas porque elas não têm calcinha. E disseram, porque o ministério não faz uma campanha para levar calcinha para lá? Conseguimos um monte! Mas porque levar calcinha? Essa calcinha vai acabar. Nós temos que levar uma **fábrica de calcinha** para Ilha do Marajó, gerar emprego lá e a calcinha sair baratinha para as meninas” [...] “Se alguém tiver alguma fábrica de calcinha e quiser colaborar. Venha!” [grifo meu]. (Fala da Ex-ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos. 25/06/2019 em São Paulo).*

¹⁸ Quando me refiro a “mulheres do Marajó” estou abarcando tanto as mulheres naturais da região como aquelas que passaram a residir nos municípios marajoaras, assim como eu.

¹⁹ Matéria de Maurício Ferro (2020), realizada para o Observatório do Marajó e disponível em <https://medium.com/observat%C3%B3rio-do-maraj%C3%B3/regi%C3%A3o-que-bolsonaro-pouco-ouviu-falar-maraj%C3%B3-precisa-de-dados-7873b351e741>.

Acima está um trecho da fala da ex-ministra dos Direitos Humanos, da Família e da Mulher realizada após a sua primeira visita ao Marajó, após a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência. Uma fala enviesada, destituída de uma compreensão crítica quanto às políticas públicas e o quadro socioeconômico do arquipélago marajoara. Entretanto, é importante salientar: não teria sido a primeira vez que as infâncias marajoaras surgem nos jornais eletrônicos dessa forma, focando em sua situação de vulnerabilidade social. Desde 2016, fazendo constantes buscas sobre pesquisas e documentos referentes às infâncias do Marajó eram comuns matérias relatando casos de trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, escalpelamento em pequenos barcos, assim como tratando sobre o quadro de pobreza e fome vivido por crianças marajoaras, tendo sido possível verificar a demarcação do registro de uma trajetória histórica.

Na primeira busca realizada com os termos “infância e Marajó” e “criança e Marajó”, realizada entre os anos de 2016 a 2018, encontrei 31 matérias que abordavam tais aspectos de modo polêmico e até romantizando, dificilmente havia a inscrição de uma perspectiva de proposição de estratégia e enfrentamento, assim como também as narrativas sobre essas infâncias passa a ser tomada por matérias de publicização das ações do Ministério Público e da Defensoria Pública.

A primeira matéria encontrada nessa primeira busca é de 2007, tratando sobre o trabalho infantil na região (figura 3), indicando o “*Marajó é o local que mais 'fornece' meninas para o trabalho doméstico*”, afirmação antecedida pela palavra “ilusão”, ao relatarem a história de vida de uma menina de 10 anos, oriunda da zona rural da cidade de Soure, aliciada pela vizinha, em 1991, para ir trabalhar na casa de uma família de classe média de Belém, capital do estado. Contudo, na referida matéria, não mais disponível, não são apresentados números quanto tal realidade, mas afirma que “A ilha do Marajó tem atenção especial do Programa porque, segundo o IBGE, é uma das áreas do Estado que mais 'fornece' meninas para o trabalho infantil doméstico na capital”.

Interessante observar, nas buscas realizadas no período mais recente, matérias mais antigas, datando do ano de 2000, em que apresentam também a problemática do trabalho infantil, mas se referindo ao município de Muaná, também do Marajó Oriental, ficando 118 km de Soure (Figura 04). Na referida matéria, como bem indica o título “Crianças trabalham na colheita” trata sobre o modo de vida de crianças pertencentes às famílias de agricultores, em que novamente, sem a apresentação de números, afirma:

Mas na Ilha de Marajó é comum os filhos de produtores da população ribeirinha ajudar os pais na pesca e na colheita de açaí, entre outras tarefas consideradas por eles familiares.

O Estatuto da Criança e do Adolescente diz que o adolescente só pode trabalhar a partir dos 16 anos com carteira assinada, desde que não seja um trabalho que coloque em risco sua integridade física e o seu desenvolvimento. A partir dos 14, só é permitido o trabalho na condição de aprendiz (Folha de São Paulo, 2000).

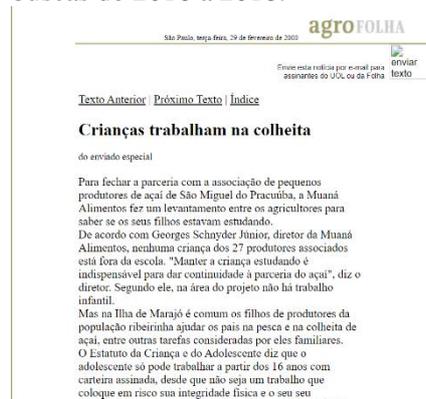
Como é possível observar acima, problematiza-se o modo como famílias ribeirinhas tomam como estratégias de sobrevivência e reprodução social a inclusão de seus filhos no processo de trabalho próprio à histórica cultura extrativista da região amazônica, sobretudo, quando nos voltamos para os Marajós, onde não há indústrias e empresas que tenham por hábito incorporar estas famílias à relações de trabalhos formais, garantindo-lhes carteira assinada, décimo terceiro, auxílio alimentação e aposentadoria. Operando mais uma vez abordagens voltadas para a responsabilização das famílias pelo trabalho inapropriado praticado por estas crianças, além de não problematizar as estruturas disponíveis para a política de educação nesses locais.

Figura 03 – A matéria mais antiga encontrada nas buscas de 2016 a 2018.



Fonte: O Liberal, 10/05/2007²⁰.

Figura 04 - A matéria mais antiga encontrada nas buscas de 2016 a 2018.



Fonte: Folha de São Paulo, 29/02/2000²¹.

Nas reflexões que venho realizando, cabe salientar que não estou negando as contundentes situações de violações de direitos humanos de crianças e adolescentes no Marajó,

²⁰ As matérias foram listadas em tabelas que constam informações como: título, responsável pela publicação, data de publicação, acesso e endereço eletrônico, justamente por entender a possibilidade de retirada ou desaparecimento de algumas, em que a partir de 2017 passei a registrá-las. Assim, este texto não se encontra mais disponível, mas o endereço eletrônico para acesso era: <http://gvces.com.br/trabalhoroubainfancianomarajo?locale=ptbr>.

²¹ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/agrofolh/fa2902200003.htm>.

aliás, estas são históricas e fruto de modelos de desenvolvimento econômico que impõem à região o papel de lugar a ser explorado, conseqüentemente, reproduzindo relações sociais e raciais de desigualdade vividas materialmente por estes sujeitos. Entretanto, é necessário também destacar sobre o modo como estes discursos e notícias aparecem na mídia local e nacional, considerando que a matéria de 2000 é de um jornal de São Paulo. Não há indicação de dados a fim de respaldar as informações. Assim, sendo importante destacar o movimento recente para o fortalecimento de estruturas que queiram realmente conhecer esta região e enfrentar os seus desafios por meio de pesquisas e políticas mais efetivas.

Como já mencionado, desde 2016, quando cheguei no Marajó, tive dificuldades em encontrar pesquisas e dados que abordassem sobre o quadro de violação dos direitos da infância marajoara. Na época encontrei somente o trabalho realizado pelo professor pesquisador brevese, Leonildo Guedes (2012), que pôs em tela as estratégias das escolas de ensino fundamental, do município de Breves, no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Como muito bem argumenta o pesquisador, este debate toma a cena a partir dos escândalos ocorridos no ano de 2006 em torno da existência de verdadeiros grupos criminosos que estavam organizados a fim de estruturar uma rede de exploração sexual de crianças e adolescentes marajoaras.

É importante também demarcar sobre quais os fatores que atualmente nos permitem observar um aumento de matérias que abordam sobre o Marajó, bem como, o encontro de matérias mais antigas, sendo possível encontrarmos textos eletrônicos anteriores ao início do século XXI. Primeiro ponto, não há como negar os avanços obtidos pelas tecnologias científico-informacionais, tais como a velocidade e a abrangência ocupada pela *Internet*, assim como a evolução dos computadores e *smarthphones*. Outro fator a demarcar é justamente o modo como vem operando a lógica dos algoritmos, que até então nos manuais de computação básica iriam conceituar como “[...] uma sequência finita de passos (instruções) para resolver um determinado problema. Sempre que desenvolvemos um algoritmo estamos estabelecendo um padrão de comportamento que deverá ser seguido (uma norma de execução de ações) para alcançar o resultado de um problema” (Ferrari; Cechinel, 2008).

Na atual conjuntura, os algoritmos vêm sendo alvo de outras reflexões que objetivam problematizar os seus impactos nos comportamentos dos indivíduos, conseqüentemente, nos posicionamentos políticos estabelecidos, indicando que estes algoritmos visam justamente mapear os gostos e perfis dos usuários que acessam as plataformas de buscas e das redes sociais,

da mesma forma que indica o acesso às informações que comumente são carregadas de ideologias políticas muito bem demarcadas, refletindo, inclusive condutas racistas.

Nesse campo não há como não destacar os estudos de Tarcízio Silva (2022) que ao conceituar o racismo algoritmo afirma que esta prática e conduta violenta é alimentada e treinada por ações digitais de discriminação, articulando-se ao racismo discursivo, que se apresenta por forma de desinformações promovidas por grupos supremacistas brancos que se mobilizam em menor ou maior escala de engajamento estratégico a fim de atingir grupos minoritários. O pesquisador continua afirmando que:

É preciso estar atento ao fato de que o racismo discursivo e explícito em textos e imagens produzidos por atores individuais, seja por meio de perfis “reais” ou pelo uso de “*fakes*”, é apenas parte das práticas e dinâmicas antinegitude em um mundo supremacista branco. Pensar e discutir tecnologias digitais, como plataformas, mídias sociais e algoritmos, exige que se vá além da linguagem textual. Se há décadas as manifestações coordenadas ou espontâneas de racismo explícito na internet são uma constante e permanecem se intensificando de forma virulenta, nos últimos anos a abundância de sistemas algorítmicos que reproduzem e normalizam as agressões apresentam uma nova faceta pervasiva da ordenação de dados e representações racializadas *online* (Silva, 2022; p. 26).

Portanto, observa-se um engajamento massivo que visa violentar e criar estereótipos em torno de sujeitos e regiões marcadamente não brancas, reforçando a desumanização e as históricas facetas colonialistas e racistas. Mas adiante indico as conexões dessa conjuntura com o aumento de *corpus* que se referem às infâncias marajoaras, que não estariam ligadas somente ao meu objetivo individual em realizar este levantamento.

Bem, retomando alguns dados já apresentados, a partir desta trajetória teórica e metodológica construída, obtive 91 (noventa e uma) matérias eletrônicas que se referiam às infâncias marajoaras, em que 31 (trinta e uma) foram encontradas entre os anos de 2016-2018 e 60 (sessenta) encontradas no período de 2019-2022. Ou seja, no período de 3 anos foram encontradas 31 matérias e nos seguintes 4 anos 60 textos eletrônicos que abordavam sobre o tema em tela, sendo a maioria correspondentes a duas falas muito bem específicas. A primeira datada no dia 26 de julho de 2019 e a segunda que ocorreu no dia 8 de outubro de 2022, dias antes do segundo turno, ou melhor, exatamente 22 dois dias, para ser eleito o novo presidente do país. Veja alguns registros abaixo:

Figura 05 – Matéria da Carta Capital publicada no dia 25 de julho de 2019.



Fonte: Jornal Carta Capital, 25/07/2019²².

Figura 06 - A matéria do Jornal Eletrônico Metro 1 de 25 de julho de 2019.



Fonte: Jornal Metro1, 15/12/2022²³.

Acima indico algumas das diversas matérias que se referiam às infâncias marajoaras, ainda em 2019, sendo comum a repetição dos mesmos textos em diferentes portais, centrados em críticas e notas de repúdio aos discursos realizados especificamente no dia 25 de julho, na intenção de estruturar o governo Bolsonaro seguindo uma linha de inclusão do Marajó por meio do “Programa Abrace o Marajó”, marcado pela fala, que inicia esta seção do artigo, da então ministra Damares Alves ao indicar como estratégia para o combate do abuso e exploração sexual infantil a criação de uma fábrica de calcinhas. Este episódio discursivo gerou nota de repúdio até mesmo do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA).

Como indicado anteriormente, a segunda fase da HTP das infâncias marajoaras é marcada por registros e discursos produzidos pela comunicação jornalística da Defensoria Pública e Ministério Público (Guimarães, 2023). Essa constatação segue uma coerência com a manifestação do procurador-geral de Justiça do Pará, Gilberto Martins, que ao classificar como infeliz tais falas, fez a seguinte alegação:

[...] Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) desenvolve no Marajó, sob coordenação do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude e com a participação de todos os promotores de justiça lotados nas comarcas do Arquipélago do Marajó, o programa de ações multissetoriais para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes da região, com atividades voltadas sobretudo à

²² Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/damares-justifica-abuso-de-meninas-por-falta-de-calcinhas/>

²³ Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/politica/77344,damares-propoe-fabrica-de-calcinhas-na-ilha-do-marajo-para-combater-abusos-infantis-veja>

prevenção e repressão aos crimes sexuais contra a população infantojuvenil. O trabalho conta com parceria da Conferência Nacional do Bispos do Brasil (CNBB) e vem apresentando resultados concretos²⁴.

Observa-se uma disputa discursiva e política sobre o que de fato vem sendo realizado em prol dos direitos das crianças marajoaras, qualquer um dos lados sem manifestação se constitui em omissão diante de graves casos de violação. Assim, houve falas de retratação por parte de Damares Alves fazendo algumas retificações do que havia dito, justificando com a intenção, de na verdade, convocar grandes empresários para instalarem no Marajó fábricas para gerar empregos²⁵. Entretanto, desde a inserção da região marajoara nas pautas do governo bolsonarista, ao longo de quatro anos, não houve a instalação de empresas ou fábricas. Mas ocorreu uma tentativa de venda do Marajó enquanto local exótico e de riqueza natural e cultural. Esta estratégia teve como marco a “Expo Marajó” inaugurada pelo então Governo Federal, no dia 10 de dezembro de 2021 e se estendeu até dia 19, tendo sido realizado nos Emirados Árabes Unidos, no Pavilhão Brasil “Expo 2020 Dubai”²⁶.

Naquele momento, a intenção seria atrair investimentos e levantar recursos para a execução de obras no Marajó, sendo uma forma de contribuir para os custos e execução do planejamento exposto pelo “Programa Abrace o Marajó”. No dia 09 de outubro de 2020, havia sido divulgado que a primeira fase do projeto, coordenado pelo então Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, estaria orçado em R\$ 1 bilhão e que até 2023 deveriam ser investidos R\$ 4 bilhões, anuncio este que contou com a presença de Jair e Michelle Bolsonaro (Verdélío, 2020).

Entretanto, ao longo do período do que seria sua execução, o “Programa Abrace o Marajó” passou por polêmicas e questionamentos quanto a ausência da participação popular. No dia 28 de junho de 2021, sessenta organizações da sociedade civil não governamentais e movimentos sociais que atuam nos municípios marajoaras divulgaram uma nota pública de repúdio fazendo a seguinte denúncia: “o Plano de Ação do programa traz mais de 100 linhas de atuação, sendo a maior parte delas sem orçamento ou cronograma de trabalho definidos,

²⁴ Texto disponível no site oficial do Ministério Público do Estado do Pará (<https://www2.mppa.mp.br/noticias/nota-publica-repudia-posicao-de-ministra-sobre-abuso-sexual-de-meninas.htm>).

²⁵ Quanto a esta correção do que teria sido mal interpretado pode ser verificado em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/08/05/interna_politica,775583/polemica-damares-diz-que-abuso-nao-se-justifica-nem-se-explica-se-pu.shtml.

²⁶ Mais informações na matéria publicada pelo G1 Pará, no dia 10 de dezembro de 2021, intitulada “Arquipélago do Marajó, no Pará, é tema de exposição em Dubai, nos Emirados Árabes - Objetivo da 'Expo Marajó' é atrair investimentos e levantar recursos para executar obras na região”.

excluindo, ainda, importantes entidades que vem atuando há anos nos municípios marajoaras”²⁷. Esta mesma nota afirma que:

o programa Abrece o Marajó já foi lançado, seu Plano de Ação construído e iniciado, parte do orçamento executado, negociações com instituições privadas realizadas - tudo isso sem garantir participação popular efetiva, prévia, livre e informada, com poder de decisão direto para as populações afetadas, conforme a convenção 169 da OIT, a jurisprudência e o ordenamento jurídico brasileiro indicam²⁸.

Essa nota de 2021 não teria sido a única realizada durante o governo bolsonarista, independentemente de ter à frente Damares Alves. Mesmo não estando mais, oficialmente, no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, ainda assim, a então senadora, ainda mobilizava e utilizava em suas falas o Marajó e suas infâncias como figuras de impacto narrativo, como “frases” de efeito para o fortalecimento não somente da sua imagem de heroína e salvadora, mas também do próprio Bolsonaro enquanto candidato a reeleição. Assim, no dia 08 de outubro se seguiu uma outra fala polêmica:

Fomos pra Ilha do Marajó! E lá nós descobrimos que as nossas crianças estavam sendo traficadas por lá. O Marajó faz fronteira com o mundo, Suriname e Guiana. Eu vou contar uma coisa pra vocês que agora eu posso falar. Nós temos imagens de crianças nossas, brasileiras, de 4 anos, 3 anos que, quando cruzam as fronteiras, sequestradas, os seus dentinhos são arrancados! para não morderem na hora do sexo oral. [...] nós descobrimos que essas crianças comem comida pastosa para o intestino ficar livre para a hora do sexo anal²⁹.

A esse caso grotesco, Damares Alves, atrelou o ocorrido ao tempo que esteve à frente do “Programa Abrece o Marajó”, indicando o acontecido a uma região de fronteira sem especificar em que município marajoara o caso aconteceu especificamente. Este discurso e performance³⁰ foram feitas num culto realizado na Assembleia de Deus Ministério Fama, em Goiânia, onde a senadora alegou que as disputas e oposições a Bolsonaro “*não é uma guerra política. É uma guerra espiritual*”³¹. Estas falas estamparam os portais nacionais e locais mobilizando mais uma vez diferentes textos eletrônicos, entre crônicas, notas de repúdios e matérias jornalísticas com o objetivo de apresentar a região para o Brasil e a Amazônia sobre o que seria a “Ilha do Marajó”.

²⁷ Partes da nota podem ser encontradas em <https://pontodepauta.com/2021/06/28/nota-organizacoes-denunciam-o-programa-do-governo-federal-abrece-o-marajo/>.

²⁸ A nota completa é disponível <https://www.observatoriodomarajo.org/abrece-o-marajo>.

²⁹ A íntegra do discurso pode ser vista na página do *Youtube* do Jornal Eletrônico *O Antagonista*, postado no dia 10/10/2022 e disponibilizado pelo link <https://www.youtube.com/watch?v=0TPYyqEKeKw>.

³⁰ Sobre estas performances veja mais em Ladeira (2022), em seu artigo “O púlpito como cena: performance e teatralidade em Damares Alves”.

³¹ Veja mais em https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/10/09/interna_politica,1405081/damares-diz-que-brasil-tem-criancas-com-dentes-arrancados-para-sexo-oral.shtml.

Aqui mais uma vez observamos afirmações proferidas por gestores públicos sem provas e apresentação de dados aproximados, ao menos, para dar uma fundamentação ao exposto. E mais uma vez volta a girar uma roda de lutas e embates discursivos quanto às afirmações realizadas. Das 60 (sessenta) matérias encontradas, 20 (vinte) são de 2022 e com toda certeza existem muitas outras que nos indicam posicionamentos de cobrança por investigação e informando as notas de repúdio. Assim como há também textos de concordância com a ex-ministra, corroborando e tendo como fato que esses casos sempre existiram na região.

Os debates em torno da não efetividade do “Programa Abrace o Marajó” são extensos e ainda se fazem presentes diante de um contexto de desigualdade que ainda se perpetua. Longe de encerrar o debate e concluí-lo nesses escritos, mas a fim de não tirarmos o foco das falas produzidas sobre as infâncias, é possível observar e problematizar o modo como foi manobrada e tecida narrativas sobre os casos de exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes para a promoção de pautas conversadoras. Entretanto, ressalto alguns aspectos e questionamentos:

1. É possível encontrar no cenário brasileiro outras infâncias que sejam alvo desta mesma visibilidade e discursos enviesados?
2. Será que encontramos outras infâncias sendo assim tão recorrentes nas mídias sociais e nos *websites* de notícias como “infância carioca”, “infância mineira”, “infância paulista”, articuladas e associadas a um quadro de violações de direitos?
3. O que vem sendo feito realmente quanto a determinadas informações sobre as infâncias e crianças marajoaras?
4. Essa visibilidade estigmatiza ou empodera os sujeitos marajoaras e sobretudo as crianças marajoaras?

Pois então, como pesquisadora dos direitos humanos e da história das infâncias marajoaras, observo que é histórica a manipulação das pautas infantis enquanto um engajamento e palanque político, mobilizada como estratégia de comoção para se alcançar determinados cargos de poder. É importante conhecermos as representações que ainda necessitam ser combatidas, pois são estas vozes que planejam e executam as políticas para as crianças já que vivemos em uma sociedade organizada e pensada por adultos, sendo essa uma das principais marcas do adultocentrismo que é estrutural. Considerando o foco deste estudo, as demandas infantis, porém a partir das falas de adultos, creio ser importante destacar a importância e urgência de pesquisa que escutem as vozes infantis do Marajó, para então assim

realmente promovermos políticas inclusivas e democrática para a proteção integral das diferentes infâncias e efetivar os direitos de sujeitos historicamente silenciados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar sobre as infâncias marajoaras nos exige revisitar os históricos desafios enfrentados por crianças e suas famílias atingidas não somente pela pobreza, fruto de uma conjuntura econômica que exclui regiões que não se encontram nos centros e capitais, mas também diretamente tomadas pelo racismo e o machismo, consequências de um modelo capitalista orientado por um viés eurocentrado e brancocêntrico. A exclusão dos Marajós pelo Estado é de ordem histórica, exigindo revisão, reflexão e reinvenção das políticas públicas nesse país.

O Estado e o Poder Público precisam compreender que não se faz políticas públicas para regiões como os Marajós a partir de visitas que duram uma manhã, uma tarde ou um dia em cada município. É fundamental a mobilização junto aos movimentos sociais que possuem uma longa trajetória de atuação demarcando importantes demandas. Então, não seria somente uma comunicação ou chamamento para reuniões isoladas que incluem poucos e excluem muitos. Tivemos quatro anos de ótimas oportunidades para uma verdadeira estruturação das políticas públicas no Marajó Ocidental, que ainda sobrecarregam a estrutura da cidade polo, Breves. Mas isso não foi feito! E quando nos voltamos para os direitos das infâncias marajoaras vemos o quanto crianças ribeirinhas, que vivem nos igarapés e nas estradas ainda não são alcançadas em sua integralidade pela rede de proteção, também fragilizada e desprotegida.

Predomina de modo muito enraizado em nossas políticas públicas as práticas colonialistas que “escolhe” quem está “apto” a falar/participar, excluindo populações periféricas que vivem os desafios postos por uma conjuntura de desigualdade e não tendo seus direitos mínimos garantidos. A população marajoara não deve ser consultada e sim realmente agregada e incluída num verdadeiro processo de participação das políticas públicas. Não é Brasília ou Belém que devem falar/vocalizar sobre o que deve ser realizado nos Marajós. O Marajó não precisa de discursos paternalistas/personalistas de “princesas” que querem abraçá-lo. Há um longo caminho a ser feito que se concentre no fortalecimento dos canais de participação política

Dos 8 anos que vivo no Marajó Ocidental observo o quanto ainda é gritante a ausência de ações que visem fortalecer os marajoaras enquanto sujeitos coletivos e políticos, fomentando espaços como centros comunitários, assembleias, conferências e outros que sirvam para

diálogos de tomadas de decisões políticas. Não se trata somente da entrega de cestas básicas, ações sociais de corte de cabelo, retirada de certidões de nascimento ou campanhas com entrega de *folders* sobre o combate ao trabalho infantil e ao abuso e exploração sexual, realizados de modo esvaziado desconsiderando todas as dinâmicas que excluem territórios como os Marajós e os demais municípios e estados da Região Norte. Essas ações já eram feitas e não deram e nem dão conta da falta de recursos financeiros que penaliza as políticas sociais e as crianças e mães marajoaras.

Falar sobre violações de direitos de crianças e adolescentes marajoaras, significa falar sobre infâncias ribeirinhas, quilombolas, indígenas e negras que ainda continuam num longo ciclo de repetições de pobreza, desumanização, esquecimento e de distanciamento de uma rede de proteção realmente estruturada para garantir a sua proteção. O Estado brasileiro possui uma dívida histórica com as populações da Amazônia e dos Marajós, portanto, é urgente a garantia de políticas e investimentos que visem compensar anos de saque e exploração.

O que precisamos realmente é de ampliação e investimento em políticas públicas de infraestrutura que garantam água e saneamento básico para uma população cercada por rios, mas que não tem acesso a água limpa e tratada em suas torneiras (quando possuem), impactando diretamente no desenvolvimento físico e intelectual de crianças e adolescentes. Do mesmo modo precisamos do fortalecimento da rede socioassistencial com a contratação de mais profissionais qualificados, que sejam e permaneçam na região, logo, é primordial a ampliação dos cursos de nível técnico e superior, públicos, gratuitos e de qualidade. A população marajoara não quer ser somente alfabetizada, quer também ser gestora e planejadora de suas políticas públicas. **E finalizo estas reflexões reiterando: “AS INFÂNCIAS MARAJOARAS EXISTEM E RESISTEM!”**.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Revista Aedos**, num.8, vol. 3, janeiro - junho 2011.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2011.

Arquipélago do Marajó, no Pará, é tema de exposição em Dubai, nos Emirados Árabes - Objetivo da 'Expo Marajó' é atrair investimentos e levantar recursos para executar obras na região. Matéria do G1 Pará, publicada no dia 10 de dezembro de 2021. Disponível em

<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/12/10/arquipelago-do-marajo-no-para-e-tema-de-exposicao-em-dubai-nos-emirados-arabes.ghtml>; acesso no dia 10 de dezembro de 2021.

Após polêmica, Damares diz que abuso não se justifica nem se explica, se pune. Matéria eletrônico do acervo do Jornal Correio Brasiliense, publicado no dia 05 de agosto de 2019 as 8h07. Disponível em

https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/politica/2019/08/05/interna_politica,775583/polemica-damares-diz-que-abuso-nao-se-justifica-nem-se-explica-se-pu.shtml; acesso no dia 06 de agosto de 2019.

ABRANCHES, Sérgio. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. *In*: ABRANCHES, Sérgio et al. **Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CARDIM, Maria Eduarda. Damares Alves confirma saída do Ministério da Mulher até esta sexta-feira. Matéria publicada no Jornal Eletrônico Estado de Minas - Política, no dia 28/02/2022. Disponível em

https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/03/28/interna_politica,1356077/damares-alves-confirma-saida-do-ministerio-da-mulher-ate-esta-sexta-feira.shtml; acesso: 12/12/2023.

BAKHTIN, M. M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

BRAIT, Beth. **Dialogismo e polifonia em Mikhail Bakhtin e o Círculo (dez obras fundamentais)**. Guia bibliográfico da FFLCH. Tradução. São Paulo: FFLCH/USP, 2016. Disponível em: <http://fflch.usp.br/sites/fflch.usp.br/files/Bakhtin.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2024.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Reflexões sobre a História do Tempo Presente: uma história do vivido. *In*: REIS. Tiago Siqueira et al. **Coleção História do Tempo Presente: Volume 1**. Boa Vista: Editora da UFRR, p. 11-26, 2019.

Republicanos anuncia Damares Alves como pré-candidata ao Senado pelo DF, publicado no Jornal Uol Eleições, São Paulo, no dia 25/04/2022. Disponível em <https://www.uol.com.br/eleicoes/2022/04/25/damares-alves-republicanos-candidatura.htm>; acesso: 12/12/2023.

Crianças trabalham na colheita. Folha de São Paulo, São Paulo, terça-feira, 29 de fevereiro de 2000. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/agrofolh/fa2902200003.htm>; acesso: 15/12/2023.

DEL PRIORE, M. (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

Damares denuncia exploração sexual de menores: “Seus dentinhos são arrancados”. Vídeo postado na página do Youtube do Jornal O Antagonista, no dia 10/10/2022. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=0TPYyqEKeKw>; acesso: 10/10/2022.

DOMINGUES, Petrônio. Democracia e Autoritarismo: Entre o racismo e o antirracismo. *In*: ABRANCHES, Sérgio et al. **Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. (P. 82-95).

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Belo Horizonte: Mazza, 2003.

EVARISTO, Conceição. A Escrivência e os seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Org.) **Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

Federação dos Povos Indígenas do Pará - FEPIPA. Disponível em: <https://coiab.org.br/para>; acesso: 15/12/2023.

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. **Os discursos dos médicos do estado do Pará nas “Teses de Doutorado ou Inaugurais” (1929-1954): Saúde, Assistência e Educação da Infância Pobre**. 2016. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. Ser negro no Marajó: notas sobre identidade e racismo na Amazônia paraense. **Revista @arquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 17, 2020.

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. Direitos humanos de crianças e adolescentes no Arquipélago do Marajó/PA: desafios e possibilidades do território. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS Vol. 13 Nº 25**, Edição Especial de 2021.

Guimarães, Jacqueline Tatiane da Silva. As infâncias/ crianças marajoaras nos websites de notícias do Brasil: caminhos para a construção de uma história do tempo presente. In: **Anais do 8º GRUPECI – Seminário de Grupo de Pesquisa sobre Crianças e Infâncias**, 2023, Curitiba. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2023. Disponível em: <<https://proceedings.science/grupeco-2023/trabalhos/grupo-de-estudo-em-direitos-humanos-infancias-e-diversidade-na-amazonia-edhidam?lang=pt-br>> Acesso em: 20 fev. 2024.

HEYWOOD, Colin. **Uma História da Infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente**. – Traduzido por Roberto Cataldo Costa. – Porto Alegre: Artmed, 2004.

LADEIRA, Juliana Coelho de Souza. O púlpito como cena: performance e teatralidade em Damares Alves. **Rev. Bras. Estud. Presença**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, e113634, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-2660113634>; acesso: 12/12/2023.

Marajó e Alter do Chão, no Pará, estão entre os destinos mais procurados para turismo em 2024 - Dados são da pesquisa "Tendências de Turismo" do Ministério do Turismo. Matéria do Jornal G1 Pará, publicada em 23/01/2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/01/23/marajo-e-alter-do-chao-no-para-estao-entre-os-destinos-mais-procurados-pelos-brasileiros-em-2024.ghtml>; acesso: 21/01/2024.

MÜLLER, V. R. **História de crianças e infâncias: registros, narrativas e vida privada**. Petrópolis: Vozes, 2007.

Nota: Organizações denunciam o Programa do Governo Federal “Abraça o Marajó”. Publicado no Jornal Eletrônico Ponto de Pauta, no dia 28/06/2021. Disponível em <https://pontodepauta.com/2021/06/28/nota-organizacoes-denunciam-o-programa-do-governo-federal-abrace-o-marajo/>; acesso: 29/06/2021.

Nota Pública - Só haverá Participação Cidadã no Abraço o Marajó quando da revisão do decreto 10.260. Disponível em <https://www.observatoriodomarajo.org/abraço-o-marajo>; acesso: 29/06/2021.

OLIVEIRA, Cleide Ester de et al. A construção do pânico moral a partir das questões de gênero e sexualidade nos discursos ultraconservadores no Brasil. *Ex æquo*, n.º 41, pp. 27-44.

Resultado para Presidente no Pará - Resultados por municípios. Jornal Eletrônico Gazeta do Povo, 07/10/2018. Disponível em <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/municipios-para/soure-pa/presidente/>. Acesso: 12/03/2019.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido: raízes históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RIZZINI, Irene. **A Arte de Governar: A história das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil.** Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZOTTO, Carla Cândida; SARAIVA, Aléxia; NASCIMENTO, Louize. #ELENÃO: conversação política em rede e trama discursiva do movimento contra Bolsonaro no Twitter. *In: XXVIII Encontro Anual da COMPÓS, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre - RS, 11 a 14 de junho de 2019.

SARRAF PACHECO, Agenor. Cartografia e Fotoetnografia das águas: modos de vida e de luta na Amazônia Marajoara. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 19, n. 46, p. 63-98, jan./jul., 2018. (p. 63-98).

SILVA, Tarcízio. **Racismo Algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais.** São Paulo: Edições Sesc, 2022.

VERDÉLIO, Andreia. Governo lança plano com 110 ações para a Ilha do Marajó – Até 2023 devem ser investidos R\$4 bilhões na região. Matéria publicada no jornal eletrônico Agência Brasil, Brasília, no dia 09 de outubro de 2020. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-10/governo-lanca-plano-com-110-acoes-para-ilha-do-marajo>; acesso: 10.10.2020.

STEARNS, Peter N. **A infância.** – Traduzido por Mirna Pinsky -. São Paulo: Contexto, 2006. (Coleção História Mundial).

Trabalho rouba infância no Marajó. Matéria publicada no Jornal O Liberal, de Belém do Pará, no dia 10/05/2007. Disponível em <http://gvces.com.br/trabalhoroubainfancianomarajo?locale=ptbr>; acesso: 22/07/2017.